

Primeiro o fator estrutural, depois o fator inercial.

A insegurança dos agentes econômicos diante da iminência de um processo hiperinflacionário só foi atenuada nos últimos dias pela intensa movimentação da área técnica do governo, que está propondo ao presidente da República um conjunto de medidas para zerar o déficit público em 1989, e pelo avanço, ainda que aos trancos e barrancos, das negociações do pacto social. Mas a indefinição do presidente quanto às sugestões dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu e o noticiário que vem juntando no mesmo saco o pacote fiscal e o pacto social já estão gerando alguma (e perigosa) confusão. Muita gente já está começando a acreditar que pacto e pacote são uma coisa só e que a contenção da escalada inflacionária vai depender — em primeiro lugar — de um amplo entendimento entre governo, empresários e trabalhadores.

E não é bem assim. É evidente que um pacto social é absolutamente indispensável para ajudar o país a livrar-se de vez da inflação; ele, porém, não é o ponto principal de uma política antiinflacionária para o Brasil de hoje. O papel primordial nesse jogo continua cabendo exclusivamente ao governo, com o pacote fiscal ou qualquer outro nome que se dê às medidas que os ministros da Fazenda e do Planejamento estão — como sempre estiveram, aliás — em condições de colocar em prática tão logo tenham sinal verde do Planalto. Em outras palavras, ao governo cabe atacar a causa estrutural da inflação brasileira que é a desorganização total das contas do Estado brasileiro, que vai dar no déficit público. Portanto, sem acabar com o déficit público, como aliás tem repetido o ministro Mailson da Nóbrega desde que assumiu a Fazenda, não há como vencer aquilo que o presidente Sarney chamou, em suas entrevistas européias, de "dragão". Esse **dragão** está pedindo um São Jorge para matá-lo com a lança da coragem política. Essa é a premissa para qualquer outro tipo de discussão em torno de soluções para os problemas da economia brasileira, inclusive o pacto social.

O que é preciso fazer para acabar com o déficit público não é mistério para ninguém e certamente já constava do elenco de medidas que os dois ministros levaram ao presidente quando elaboravam a famosa **Operação Desmonte**, ou seja, o projeto de orçamento da União. Todas as medidas que, segundo os jornais, constariam do novo pacote fiscal — otenização da cobrança de impostos, corte drástico de incentivos fiscais e subsídios no valor de 0,8% do PIB e mais o que possa vir por aí — não constam do projeto orçamentário que já está no Congresso porque Sarney, naquela ocasião, não teve a coragem política de aprová-las. Por isso é que se o chamado choque fiscal for por ele aprovado, agora, o projeto orçamentário que está no Congresso será retirado e, depois de alterado para incluir essas medidas, reapresentado.

De realmente novo, agora, surge um plano de aceleração do programa de privatização de empresas estatais, que, segundo um jornal do Rio que o divulgou na última segunda-feira, poderia render ao governo quatro bilhões de dólares já em 1989. Sem contar o dinheiro que deixaria de sair do Tesouro Nacional para cobrir os rombos que essas empresas apresentam a cada ano.

A privatização das estatais poderia ser feita por meio de operações de conversão da dívida externa em investimentos, mas os recursos obtidos pelo governo seriam retidos pelo Banco Central a fim de evitar o seu impacto inflacionário, como acontece atualmente nas operações de conversão da dívida realizada por grupos empresariais privados. Técnicos do governo estão convencidos de que a venda de estatais e de outros bens da União é absolutamente indispensável para zerar o déficit no próximo ano.

A utilização de recursos da conversão da dívida se justifica duplamente. Primeiro, porque não existem recursos suficientes no setor privado nacional para sustentar um programa de privatização dessa envergadura; segundo, pelo fato de que essa solução representa uma interessante forma de aumentar a integração do Brasil aos fluxos internacionais de capital e investimento.

Pelo que se vê, não depende de ninguém mais, a não ser dele mesmo, governo, adotar as medidas capazes de jugular a inflação estrutural que acabará corroendo todo o organismo econômico nacional. O presidente Sarney não precisa pedir licença a ninguém para seguir o receituário de seus ministros econômicos.

O que o presidente tem a fazer, portanto — e é isto o que os ministros econômicos querem que ele faça —, é retirar do Congresso Nacional o projeto do Orçamento e acrescentar nele a austeridade que faltou. Desde que a **Operação Desmonte** começou a ser discutida até hoje, a inflação subiu cerca de dez pontos percentuais — estava um pouco abaixo dos 20% e está chegando nos 30% — e este sinal deveria servir para convencer o sr. Sarney de que não é possível fazer um omelete sem quebrar ovos. Não existe meia austeridade e não se pode abrir nenhuma exceção neste momento dramático da economia brasileira, por mais teoricamente justificável que seja. O presidente Sarney tem que entender esse fato e entregar ao Congresso Nacional a responsabilidade de votar um orçamento de acordo com a realidade do Estado brasileiro, que se encontra totalmente falido e já esgotou a capacidade que a sociedade tinha de sustentá-lo.

Só depois disso, da limpeza das contas públicas, é que entra o pacto social. Está claro que, por causa da completa indexação da economia brasileira, mesmo com a aplicação de uma política realmente austera por parte do governo, a inflação demoraria muito a cair. Seria, então, o momento de aplicar medidas para quebrar este componente inercial da inflação, atacando do lado da política de rendas, que envolve preços e salários. São medidas conhecidas no receituário econômico e podem ir desde a aplicação de um redutor para corrigir preços e salários até um congelamento temporário. É uma questão de dosagem, e dos acertos que forem feitos pelos negociadores do pacto — governo, empresários e trabalhadores. Mas nada irá funcionar se antes, como dissemos acima, o déficit público não for contido. Como ensinou o ex-ministro Mário Henrique Simonsen durante o Plano Cruzado, não basta anestesiá-lo (congelamento), é preciso operá-lo (corte no déficit).

Seria uma agradável surpresa se o presidente Sarney (que decide sobre o orçamento) e o Congresso Nacional (que deve aprová-lo com modificações ou não) aceitassem essas idéias. Nós entendemos o amor que a maior parte dos nossos políticos devota ao gigantismo do aparelho estatal, sem o qual não seria possível manter o clientelismo e a corrupção que sustentam suas carreiras. Contudo, pelo menos

uma vez, quando a hiperinflação já está às nossas portas, eles poderiam colocar os interesses da nação acima dos seus interesses particulares e dar seu apoio incondicional a um oportuníssimo e vital emagrecimento do Estado (privatização das estatais). Um apelo mais veemente ainda fazemos às bancadas do Norte e do Nordeste no Congresso a respeito do corte nos incentivos fiscais neste momento crucial para a vida econômica do país.

É essa compreensão e esse espírito de sacrifício que os setores mais conscientes da nação esperam da classe política. Ou ela salva o barco agora, ou todos, sem exceção, afundaremos juntos. Batendo continência, como disse o empresário Antônio Ermírio de Moraes.